

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Uma vaga para três

A contar pelas apostas de aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL), uma das vagas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ficará com o desembargador Ney Bello Filho, do TRF-1 (DF). A segunda será disputada entre Messod Azulay Neto, do TRF-2 (RJ), Paulo Sérgio Domingues, do TRF-3 (SP), e Fernando Quadros, do TRF-4 (RS).

Cara de paisagem

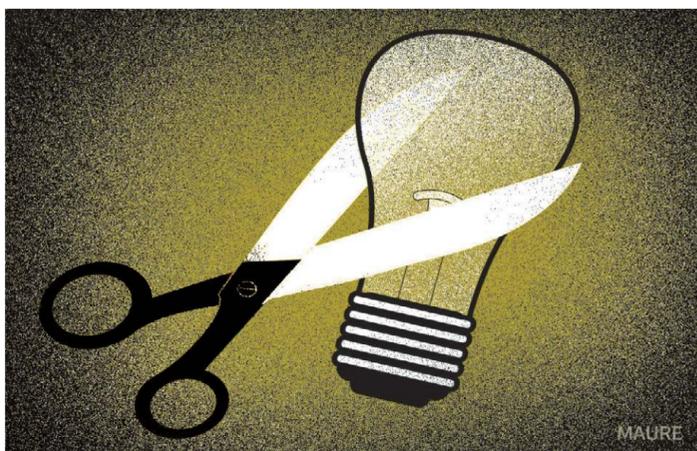
Arthur Lira não pretende mover um músculo para retirar Marcelo Ramos (PSD-AM) do cargo de vice-presidente da Câmara. Ramos foi um apoiador fiel de Lira lá atrás e o deputado alagoano não costuma deixar seus amigos ao relento. Para quem não se lembra, desde que Ramos deixou o PL e se filiou ao PSD, o PL de Bolsonaro tenta tirar Ramos da Vice-Presidência da Casa. Sem sucesso.

João trabalhador

O ex-governador de São Paulo João Dória adiará o que puder as definições de candidatura única da terceira via, que hoje é Simone Tebet (MDB-MS). Aliados do tucano têm confiança de que, até julho, quando se abre a temporada das convenções para escolha de candidatos, ele conseguirá convencer o partido da sua viabilidade.

Por falar em Doria...

Entre quatro paredes, até adversários de Dória dizem ser absurdo o que o PSDB faz com ele. O ex-governador paulista se apresentou, venceu a prévia, deixou o Palácio dos Bandeirantes depois de uma carta do presidente do PSDB, Bruno Araújo, lhe garantindo a vaga. Agora, uma parcela tucana quer Tebet.



Agências reguladoras se unem para barrar o PDL da conta de luz

Com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), planejando colocar em votação o projeto de decreto legislativo (PDL) que susta os reajustes nas contas de luz, bateu o desespero em quem tenta vender o Brasil como um país seguro para investimentos em infraestrutura. Na segunda-feira, representantes do setor de saneamento, abastecimento de água, transportes, telefonia e outros planejam uma mobilização junto aos parlamentares para evitar que esse projeto seja aprovado e que, em vez do PDL, a Casa aprove os limites ao ICMS, que Lira já anunciou que colocará em pauta na semana que vem. "Se houver rompimento de um contrato no setor de energia, os demais

terão dificuldades em atrair investimentos", diz o presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação (Abar), Vinícius Benevides, grupo que reúne 67 agências, entre federais e estaduais.

Em qualquer setor, os investidores analisam três variáveis para decidir onde aplicar seus recursos: o primeiro, mercado; o segundo, ambiente político-econômico; e o terceiro, o ambiente regulatório. Se o PDL for aprovado, estará aberta a porteira para outras ações em outros setores, instalando a insegurança no ambiente de negócios. E se não houver segurança jurídica, a tendência é o investidor frear seus planos para o Brasil.

CURTIDAS

Barbara Cabral/TST



TST da inclusão/ Na sala de togas, antes da cerimônia de posse dos novos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na última quinta-feira, Bolsonaro posou para esta foto ao lado de Maria Clara, uma das duas pessoas portadoras de Síndrome de Down que trabalham na Corte. Ela está no TST desde o início de maio, depois do contrato assinado entre o presidente do TST, Emmanoel Pereira, e o a Apae-DF, iniciativa que deve ser adotada por outras instituições.

Toffoli na área/ A turma do Twitter não perdeu a presença do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), na plateia do encontro entre Bolsonaro e Elon Musk. Já os bolsonaristas há tempos não ficavam tão felizes com uma visita ao Brasil. Para eles, a presença do bilionário e megaempresário por aqui mostra que o presidente não está isolado no mundo.

Na coligação cruzada./ Feitas as contas, o MDB começa a ter dúvidas a respeito da operação que o senador Marcelo Castro (PI), relator do Orçamento, montou no Piauí. Lá, conforme anunciado ao fim da janela para troca de partido, os pré-candidatos a uma vaga de deputado federal migraram para o PSD, e os interessados do PSD em concorrer a uma vaga de estadual seguiram para o MDB.

... Kassab levou a melhor/ O problema, porém, é que são os deputados federais que contam para recursos de fundo partidário e tempo de propaganda na tevê aberta. Tem gente da cúpula do MDB que fez as contas e não ficou muito satisfeito com o resultado. Para Marcelo Castro, porém, o controle do MDB no estado ficará mais forte.

JUDICIÁRIO

Alinhamento contra Moraes

Após vários desentendimentos com o presidente, Mourão concorda com Bolsonaro e diz que ministro é parcial nas decisões

» LUANA PATRIOLINO

A notícia-crime do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi endossada, ontem, pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão (Republicanos). Em conversa com jornalistas, na entrada do Palácio do Planalto, afirmou que o magistrado está sendo "parcial" nas decisões que se referem ao presidente.

"Eu considero. Acho que está havendo uma certa ruptura nisso tudo. Então, concordo que o presidente utilizou os instrumentos que tinha à disposição", afirmou.

O comentário de Mourão veio no dia seguinte à cerimônia de posse dos novos integrantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quando Bolsonaro e Moraes estiveram frente a frente e trocaram um constrangido cumprimento. No mesmo evento, ao ser anunciado, o ministro foi longamente aplaudido pela plateia do evento, enquanto o presidente nem sequer esboçou reação.

Para Mourão, o chefe do Executivo está usando "armas" da Justiça contra Moraes. Ele também não enxerga a representação contra o ministro como um novo lance da estratégia de confronto de Bolsonaro com o Judiciário.

"O presidente está usando as armas que a Justiça te dá. Uma vez que você considera que o magistrado está agindo parcialmente em relação à sua pessoa, você tem as suas armas para utilizar, para considerar que ele está sendo parcial".

Abuso

Na representação remetida ao STF, na última quarta-feira, Bolsonaro atribuiu a Moraes

"sucessivos ataques à democracia, desrespeito à Constituição e desprezo aos direitos e garantias fundamentais". A ação ainda acusa o ministro de "abuso de autoridade".

Outra alegação do presidente contra Moraes foi a "injustificada investigação no inquérito das fake news, quer pelo seu exagerado prazo, quer pela ausência de fato ilícito". Bolsonaro é investigado pelos permanentes ataques ao sistema eleitoral e à urna eletrônica.

A ação, porém, foi rejeitada pelo ministro Dias Toffoli que afirmou que os argumentos do presidente "não constituem crime e que não há justa causa para o prosseguimento do feito". Segundo o magistrado, Moraes não cometeu nenhum delito por ser relator dos inquéritos que envolvem Bolsonaro.

Depois da rejeição da representação relatada por Toffoli, o processo foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR). Mourão, no entanto, não acredita que tenha prosseguimento.

"Depende agora do procurador (geral Augusto) Aras, o que ele vai julgar a esse respeito. O tribunal já mandou de volta. Acho difícil que prospere", observou. O vice-presidente também afirmou que a medida contra Moraes "faz parte do jogo político".

O ministro entrou no radar do presidente e de seus apoiadores desde que se tornou relator do inquérito das fake news — que envolve Bolsonaro e dois dos seus filhos, o deputado Eduardo (PL-SP) e o vereador Carlos (Republicanos). Moraes também substituirá Edson Fachin à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a partir de agosto e comandará as eleições gerais de outubro.

Romério Cunha/VPR



Segundo Mourão, o presidente vem utilizando contra o ministro instrumentos disponíveis no Judiciário

» Mendonça tenta pôr panos quentes

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), minimizou, ontem, a crise recente entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e a Corte. Para ele, Executivo e Judiciário chegarão a um entendimento. "Todo debate político traz tensões. É natural que isso aconteça. O importante é para, à luz dos conflitos, buscarmos o melhor caminho", afirmou. A declaração vem após um novo capítulo da tensão entre Planalto e STF, devido às investidas de Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes. Sobre o papel das Forças Armadas nas eleições, Mendonça afirmou que o trabalho deve ser em nome do "bom andamento".

Bens bloqueados para pagar multas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o bloqueio dos bens do deputado bolsonarista Daniel Silveira (PTB-RJ) para que ele pague as multas impostas pela Corte pelo descumprimento do uso da tornozeleira eletrônica. A decisão foi assinada no último dia 16, mas apenas na última quinta-feira entrou no sistema do STF.

De acordo com o ministro, foram determinadas medidas de bloqueio nas instituições financeiras nacionais para assegurar o pagamento da multa devida por Silveira — e eventualmente outras sanções que sejam aplicadas. "A decretação da indisponibilidade dos bens destina-se a

garantir o pagamento das multas processuais aplicadas em decorrência das violações às medidas cautelares impostas, de modo que estão plenamente atendidos os requisitos necessários para a referida providência", salientou o ministro.

Moraes observou, ainda, na decisão que "no caso do réu, como já ressaltado anteriormente, houve expressa manifestação no sentido da recusa do cumprimento da medida cautelar de monitoramento eletrônico. Há a necessidade, portanto, da adoção de medida assecuratória que garanta o adimplemento da multa, decorrente de comportamento processual inadequado do réu".

Nova punição

Moraes aplicou, ontem, uma nova multa a Silveira pelo descumprimento do uso da tornozeleira eletrônica. O valor fixado pelo magistrado é de R\$ 105 mil e é cumulativo às sanções anteriores. Com isso, as dívidas do parlamentar já somam em R\$ 645 mil.

A nova defesa do bolsonarista, condenado pelo STF por estimular atos antidemocráticos e ataques violentos às instituições da República, se reuniu com Moraes na última quinta-feira. A advogada Mariane Andréia Cardoso dos Santos afirmou que trabalha em "novo tom" para dialogar com Moraes a fim de

tentar distensionar a situação entre o deputado e o Judiciário.

"É uma oportunidade de defesa levar os argumentos de forma técnica e respeitosa para que eles sejam analisados com cuidado", explicou Mariane.

Silveira tem desafiado as decisões da Justiça ao aparecer sem tornozeleira em eventos públicos e, até mesmo, para dar expediente na Câmara. Apesar do indulto concedido pelo presidente, revogando da punição, o parlamentar é considerado ineligiível — pretende concorrer ao Senado em outubro — por causa da condenação a ele imposta pelo STF.